

Direito Eleitoral e Processo Eleitoral

A pós-graduação em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral da PUCPR foi estruturada com as disciplinas que abarcam o conhecimento exigido de profissionais que atuam na seara eleitoral.

Ministrado por professores com larga experiência profissional, vivência prática e sólida formação e titulação acadêmica, permite ao aluno ter uma concepção ampla do direito eleitoral e do processo eleitoral.

O curso de Direito Eleitoral e Processo Eleitoral é interdisciplinar, com a participação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, proporcionando o compartilhamento de experiências. Aliando o conhecimento teórico inerente à área com uma expertise prática focada na sua atuação como profissional em todos os aspectos jurídicos das eleições nacionais, estaduais e/ou locais.

O que estuda Direito Eleitoral?

O pós-graduado em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral adquire ao longo do curso conhecimentos, saberes, expertises e práticas atuais e inovadoras focadas na aplicabilidade eficaz para resolução de problemas no mercado.

O egresso da pós-graduação em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral da PUCPR é um profissional completo e totalmente preparado e apto para atuação no exercício da prática de todas as etapas da organização partidária, registro de candidaturas, ações eleitorais e prestação de contas de campanha, com uma visão interdisciplinar e sistêmica que conjuga conhecimentos de diversas áreas para fins de uma resolução satisfatória e eficaz das demandas.

Público-AlvoProfissionais de nível superior, que atuam nas eleições nacionais, estaduais e municipais ou que desejam ingressar e atuar na área, não apenas no exercício da advocacia, mas no desenvolvimento de todas as demais atividades profissionais correlatas. Curso destinado a advogados, juízes, promotores, contadores, administradores de campanha, assessores, candidatos a cargos eletivos, representantes partidários e servidores das justiça eleitoral.

Campus:	Periodicidade:
Curitiba	Semanal
Modalidade:	Mensalidade:
EAD	R\$ 581.90
Formato:	Inscricao:
Aula Online ao Vivo	Clique aqui

Duracao: 11 meses



Disciplinas

Teoria geral das eleições

A democracia no tempo. A crise democrática e o contexto brasileiro. Conceito. Tipologia das eleições: eleições democráticas x eleições autoritárias. Axiologia eleitoral. A legitimidade dos processos eleitorais: conceito, significado e dimensões. O papel das eleições no Estado democrático. As funções latentes do voto. Integridade Eleitoral. Análise da qualidade das eleições.

Teoria geral do direito eleitoral

Direito Eleitoral. Conceito. Fontes. Hermenêutica Eleitoral. Princípios. Pluralismo Político.

Direito partidário

Partidos Políticos: autonomia constitucional, criação, fusão, incorporação e extinção: a sua coexistência com as diversas instâncias da

Justiça Eleitoral. Introdução à legislação eleitoral-partidária: a nova

reforma administrativa. Etapas do processo eleitoral e a sua relação com a atuação partidária. Disciplina e

legitimidade partidária: Hipóteses excludentes da infidelidade partidária e a sua aplicabilidade aos detentores de cargos eletivos dos

sistemas majoritário e proporcional. Legitimidade processual dos partidos políticos: atuação em juízo. Responsabilidade solidária com os

candidatos e esferas partidárias.1

Formação e manutenção de um partido político na esfera nacional, estadual e municipal

Partidos políticos: Criação e manutenção em todas as esferas de atuação

Registro de candidaturas

Processo de Registro de Candidaturas. Rito. Requerimento. Documentos. Quotas: quotas de gênero e étnico-raciais. Financiamento das

candidaturas de quotas Substituição de Candidatos: cargos majoritários e proporcionais.

Elegibilidades e Inelegibilidades Eleitoral

Conceito. Espécies. Inelegibilidades Constitucionais e Infraconstitucionais. Inelegibilidades Absolutas e Relativas. Desincompatibilização.

Arguição de Inelegibilidade. Suspensão da inelegibilidade. Prazos de vigência.

O processo do registro de candidatura até o julgamento

Processo de registro de candidatura: da propositura ao julgamento final

Propaganda eleitoral

Propaganda Política: espécies. Propaganda Eleitoral. Princípios.

Propaganda Eleitoral extemporânea. Horário Eleitoral gratuito. Representação por Propaganda Eleitoral ilícita. Direito de Resposta

E-mail: pos.direito@pucpr.br **Telefone:** 41984971479

www.pucpr.br



Crimes eleitorais e processo penal eleitoral

Crimes Eleitorais. Aspectos Gerais: Natureza. Crime Eleitoral x Crime

Político. Aplicação do Código Penal. Majorantes e Minorantes. Penas:

espécies. Crimes Eleitorais em espécie: Crimes previstos no Código Eleitoral, na Lei n. 9.504/1997, na LC n. 64/1990 e na Lei n. 6.091/1974. Processo Penal Eleitoral. Institutos jurídicos despenalizadores: aplicação

da Lei n. 9.096/1995. Inquérito. Ação Penal Eleitoral: Rito. Aplicação do

Código de Processo Penal. Juiz de Garantias. Recursos Eleitorais Criminais.

Ações eleitorais

A tutela jurisdicional da legitimidade eleitoral. Abuso de poder. Conceitos e características. O uso lícito de recursos de poder nas competições eleitorais. O uso ilícito de recursos de poder nas competições

eleitorais. Formas típicas de abuso: (i) abuso de poder político; (ii)

abuso de poder econômico; (iii) uso indevido dos meios de comunicação social. Novas formas de abuso de poder: (i) abuso de poder religioso; (ii) abuso de poder coercitivo; (iii) uso indevido das tecnologias

de informação (Fake News, Desinformação, Big Data, Microtargeting,

Bots, Clickfarms). Captação e gastos ilícitos de recursos. Captação ilícita de sufrágio. Condutas vedadas aos agentes públicos. Fraude eleitoral. Corrupção eleitoral. Análise da gravidade das circunstâncias em

ações de abuso de poder. A cassação de mandatos na Justiça Eleitoral. Teoria Geral dos Recursos: Princípios. Admissibilidade. Pressupostos.

Efeitos. Legitimidade. Prazos. Recursos Eleitorais: Recurso inominado.

Agravos. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário.

Atuação no contencioso eleitoral

Processo Judicial Eleitoral: Autuação, peticionamento e atuação nas cortes eleitorais

Financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais

Modelos de Financiamentos. Fontes: Fontes Lícitas. Fontes Vedadas.

Fontes de Origem não Identificada. Fundo Partidário. Fundo Especial de Financiamento

de Campanhas (FEFC). Doação acima do limite legal: a Representação

do art. 23 da Lei n. 9.504/1997. Limites. Gastos Eleitorais. Administração Financeira da campanha.

Prestação de contas eleitorais e partidárias

Princípios da Prestação de Contas. Prestações de contas partidárias anuais. Prestações de contas de campanha. Espécies: Parciais e Finais. Simplificada e Comum. Procedimento: O sistema SPCE. Impugnação. Julgamento: Aprovação com ressalvas. Rejeição. Não Apresentação de Contas: consequências. Sobras de campanhas. Assunção

de Dívidas. Recursos.

Direito eleitoral na prática

Justiça Eleitoral: órgãos e competências. Eleições: a preparação das eleições. Criação e extinção de zonas eleitorais. Convocação de mesários. Voto: voto e escrutínio. Voto eletrônico e segurança da urna eletrônica. Votação em cédulas. Garantias Eleitorais: Garantias dos eleitores, fiscais, mesários e candidatos. Apuração e totalização de votos. Proclamação

E-mail: pos.direito@pucpr.br

Telefone: 41984971479

www.pucpr.br



dos resultados. Diplomação. Função Consultiva. Função Normativa. Sistemas informatizados da Justiça Eleitoral: CANDEX, DIVULGACAND, SGIP, SPCA, SPCE, TOT. Diretórios Partidários: a sua regularização perante a Justiça Eleitoral.

Os sistemas eleitorais e suas aplicações

Sistemas eleitorais admirativos e judiciais. Aplicações no direito eleitoral.

Direito eleitoral digital e LGPD

Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.